

## RESPONSABILIDADE MORAL E POSSIBILIDADE DE AGIR DE OUTRO MODO NA ÉTICA ARISTOTÉLICA

EMERSON MARTINS SOARES<sup>1</sup>; JOÃO FRANCISCO NASCIMENTO HOBUSS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas / Filosofia Bacharelado – emersonsoares@outlook.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas / IFISP – joao.hobuss@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

No livro III da *Ethica Nicomachea* é onde ocorre a discussão sobre o voluntário e o involuntário, e nela Aristóteles está preocupado em avaliar as condições sobre as quais uma ação e um estado de caráter podem ser chamados voluntários, ou seja, em determinar em que circunstâncias o agente moral pode ser responsabilizado por sua ação e por seu estado de caráter. Portanto, neste trabalho procuraremos determinar em que condições o agente moral pode ser responsabilizado por suas ações e se é possível agir diferentemente após a aquisição de um caráter já estabelecido.

Isto tendo em vista o fato de o Estagirita afirmar claramente que a prática reiterada de um determinado tipo de ação leva a um estado de caráter do mesmo tipo (ARISTÓTELES, 1969), isto é, que a prática reiterada de ações virtuosas, por exemplo, leva à constituição de uma determinada disposição de caráter, a saber, o de um caráter virtuoso, ou seja, que o hábito acaba por constituir o caráter. E este hábito apresenta-se como uma segunda natureza, por causa de sua fixidez e estabilidade, o que aparentemente impediria qualquer modificação no que concerne ao caráter. Mas determinadas passagens do *corpus aristotelicum* parecem contradizer esta asserção, permitindo uma leitura diferente, ou seja, que o agente possui responsabilidade pelo caráter adquirido e que há uma possibilidade de mudança do mesmo ou ao menos que o agente possa agir diferentemente do seu estabelecido estado de caráter. Para isso devemos analisar as condições de voluntariedade da ação, a escolha deliberada e a disposição de caráter para, então verificarmos se é possível agir diferentemente ou se há um determinismo da ação em Aristóteles.

### 2. METODOLOGIA

Por ser um trabalho cuja natureza é teórica, foram feitas leituras, estudo e discussão de bibliografia primária, isto é, das obras do autor estudado neste trabalho, e de bibliografia secundária, isto é, textos de comentadores e intérpretes sobre o assunto, sobretudo da obra *Tratado da Virtude Moral* de Marco Zingano (2008), bem como feito resenhas, fichamentos e sínteses de tais textos para o auxílio da compreensão da obra e do tema apresentados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aristóteles define o ato voluntário e involuntário em EN III 3 1111a21-23, como segue: “Sendo involuntária a ação realizada por força e por ignorância, o voluntário parece ser aquilo cujo princípio reside no agente que conhece as circunstâncias particulares nas quais ocorre a ação” (ARISTÓTELES, 1969). Logo involuntária é a ação realizada por força ou ignorância e a ação voluntária caracteriza-se por o princípio da ação residir no próprio agente, que conhece as

circunstâncias particulares da ação. Há aqui duas condições para que um ato seja voluntário: (i) o princípio da ação residir no próprio agente e (ii) o agente ser conhecedor das circunstâncias particulares da ação, sendo necessário que ambas sejam satisfeitas para que o ato seja voluntário.

Portanto o tema do voluntário e do involuntário se insere em uma teoria da responsabilidade moral na ética aristotélica, pois são os atos voluntários que são louvados ou censurados e são escolhidos no momento em que são praticados. O voluntário é então condição de possibilidade para a responsabilização moral em Aristóteles, consistindo em um primeiro terreno da responsabilidade, pois no aristotelismo para poder-se atribuir responsabilidade moral ao agente é preciso supor que ele podia fazer de outro modo, isto é, deixar de fazer o que fez agindo diferentemente (ZINGANO, 2007). Logo a possibilidade dos contrários, isto é, poder fazer  $x$  e seu contrário  $\sim x$ , quando estava a ponto de agir é condição necessária para a atribuição de responsabilidade moral, pois quando estava a ponto de agir, sempre podia ter agido diferentemente. Assim quando o agente age de determinada maneira, ou seja, voluntariamente, e estando de completo domínio de suas faculdades cognitivas ele deve ser por isso responsabilizado, pois são estes atos que devem ser louvados ou censurados conforme Aristóteles (1969) e por poderem ser assim o agente deve ser por eles responsabilizado ou não haveria necessidade de tais coisas, isto é, louvor ou punição.

Mas para o Filósofo a voluntariedade é apenas a primeira condição da responsabilidade moral, sendo a segunda, que é tão necessária como a primeira, a escolha deliberada. A escolha em questão é a escolha de agir de determinado modo e é feita após um processo deliberativo sobre qual meio é mais apropriado para se alcançar um determinado fim proposto pelo agente, e é por causa disso chamada de escolha deliberada.

E é neste contexto, do voluntário e involuntário, que Aristóteles insere a noção do que “*depende de nós*”, que está no centro da doutrina aristotélica sobre a responsabilidade moral. A expressão usada por Aristóteles é, geralmente, “*to eph’ hêmîn*” (“*o que depende de nós*”) e tem um papel proeminente na análise aristotélica acerca da responsabilidade moral e é por ele introduzida quando este fala em virtude e vício e que pode ser interpretada como representando uma abertura aos contrários no momento da ação, pois as coisas as quais posso dizer sim são também as mesmas as quais posso dizer não e, por conseguinte, está em nosso poder o sermos equitáveis ou maus (ARISTÓTELES, 1969), parecendo assim que pode-se agir diferentemente do caráter do agente, pois o princípio da ação residiria ainda no agente, mesmo que o agente possua um caráter estabelecido, pois a ação mediante a escolha deliberada é anterior a disposição do caráter. Mas Aristóteles diz que a prática reiterada de um tipo de ação engendra um estado de caráter de mesmo tipo e que este estado de caráter constitui-se como uma segunda natureza, bem como que, à medida que o agente age de um modo e não de outro, ele adquire uma disposição de agir assim e não de outro modo por causa da fixidez e estabilidade da disposição adquirida, sendo como que uma pedra lançada que não é mais possível de se recuperar e que também não pode gerar estados contrários, o que descartaria completamente a abertura aos contrários (ARISTÓTELES, 1969).

Mas no início do livro II da *EN* Aristóteles afirma que as virtudes não se dão por natureza, como no caso da virtude moral que se engendra em nós pela prática reiterada de ações virtuosas, ou seja, pelo hábito. Nisto, segundo Bondeson (1974), ele deixa implícito que a mudança de caráter é possível, como segue: “também fica claro a partir disso que nenhuma virtude moral se engendra em nós por natureza, pois nada do que existe por natureza habitua-se a ser

diverso” (ARISTÓTELES, 1969). Nesta passagem, segundo Bondeson (1974), Aristóteles está dando a entender que os estados de caráter não são naturalmente adquiridos assim como as virtudes também não o são e, assim, mantém que os homens podem agir de forma contrária a seus estados de caráter, pelo fato de que o que não existe por natureza está sujeito à mudança e também porque se os objetos são tais que admitem contrários, então o seu princípio também admitirá contrários, e esta é exatamente a situação do homem como princípio de suas ações, pois elas admitem contrários e o homem é o princípio dos contrários, sendo senhor de suas ações do início ao fim, conforme Zingano (2011).

Portanto os homens podem construir novos estados de caráter e assim agir diferentemente, porque lhes é permitido agir de modo oposto ao seu caráter, e o que torna isto possível é o fato do agente poder deliberar sobre os meios para atingir os seus fins, o que é corroborado por uma passagem das *Categorias*, onde Aristóteles claramente afirma que a mudança de caráter pode ocorrer:

O homem mau se está sendo levado para uma melhor qualidade de vida e de pensamento, pode fazer algum avanço, mesmo que pequeno, e se uma vez melhorar mesmo o pouco que seja, é claro que ele poderia mudar completamente, ou pelo menos fazer progressos muito bons; pois um homem se torna mais e mais facilmente deslocado para a virtude, por menor que tenha sido a primeira vez que isto tenha ocorrido. É, portanto, natural supor que ele irá fazer progresso ainda maior do que foi feito no passado, e este processo continua, e irá mudá-lo completamente e estabelecer nele um estado contrário, desde que ele não seja dificultado pela falta de tempo (*Cat.* 13<sup>a</sup>23 – 13<sup>a</sup>31).

Então, segundo Bondeson (1974), o agente que tenha adquirido um estado de caráter vicioso, pode de maneira lenta e gradual adquirir um novo estado de caráter, a partir, talvez, de uma interferência externa para salvar tal agente do vício e, se só se pode estabelecer um estado de caráter a partir da prática reiterada de ações de um mesmo tipo, tem de ser possível, por implicação, que uma pessoa possa agir de maneira a contrariar seu estado de caráter atual por exercitar-se em ações que produzam um estado de caráter diferente, e assim poder adquirir outro estado de caráter. Isto indica que ainda podemos crer na possibilidade de que ocorra uma conversão moral, por mais difícil que ela venha a ser, tendo em vista a disposição adquirida.

#### 4. CONCLUSÕES

Concluimos então que, no tocante à ação, as coisas as quais posso dizer sim são também as mesmas as quais posso dizer não e “como a virtude diz respeito a emoções e ações e como os atos voluntários são censurados e louvados” (ARISTÓTELES, 1969) o voluntário assume um papel importante em uma teoria da responsabilidade moral em Aristóteles, pois se o agente não puder ser responsabilizado não há sentido em ser louvado ou censurado por seus atos.

Assim a expressão “to eph’ hêmîn” (“depende de nós”) pode ser interpretada como representando uma abertura aos contrários no momento da ação sendo uma capacidade tal que, se acordar no horário e ir trabalhar dependem de mim, não estando casualmente predeterminado, dependo por completo de minha decisão de acordar no horário e ir trabalhar ou de não ir trabalhar e ficar dormindo, o que supõe que seja necessário que o agente humano tenha podido

agir de outro modo para que possa ser-lhe atribuída responsabilidade moral (ZINGANO, 2009), o que salva a liberdade do agente no âmbito da ação.

E para que isso ocorra o agente deve poder, em um sentido relevante, isto é, forte, poder agir de outro modo para que lhe atribuamos responsabilidade moral, pois o agente só pode ser responsabilizado moralmente se em quaisquer circunstâncias em que possa se encontrar, ele possa agir diferentemente, isto é, ele possa fazer  $x$  ou seu contrário  $\sim x$ . Isto parece ser corroborado em EN III 7 1113b 7-14, na medida em que aparece de modo evidente a opção a qual dispõe o agente de agir ou não de uma determinada forma: “Com efeito, naquelas coisas em que agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o não está em nosso poder, também está o sim” (ARISTÓTELES, 1969). Pois se os objetos são tais que admitem contrários, então o seu princípio também admitirá contrários, e esta é exatamente a situação do homem como princípio de suas ações: visto que elas admitem contrários, o homem por conseguinte é o princípio dos contrários: “De sorte que é evidente que admitem vir a ser e não vir a ser aquelas coisas das quais o homem é o princípio e senhor e é evidente que estão em seu poder vir a ser e não vir a ser estas coisas de que é senhor do ser e não ser” (ARISTÓTELES, 1969).

Assim, pois, o agente pode a partir de determinadas ações adquirir um novo estado de caráter, pois as “atividades concernentes a cada coisa o tornam do tipo respectivo” (ARISTÓTELES, 1969) e já que “as disposições provem do exercitar-se em atos particulares” conforme Aristóteles (1969) é perfeitamente possível que o agente possa agir diferentemente e adquirir assim, de forma lenta e gradual, um novo estado de caráter mediante tal abertura aos contrários quando do momento da ação, o que reforça a responsabilidade moral do agente por seu próprio caráter e ações praticadas livremente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. In: Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Nicomachean Ethics**. (Translated with introduction, notes, and glossary, by Terence Irwin). Cambridge: Hackett, 1999.
- \_\_\_\_\_. Categories. In: BARNES, J. ed. **The complete Works of Aristotle: Revised Oxford Translation v. 1**, New Jersey: Princeton University Press, 1984, pp. 2-27.
- BONDESON, W. Aristotle on Responsibility for One's Character and the Possibility of Character Change. **Phronesis**, 19, pp. 59-65, 1974.
- DI MUZIO, G. Aristotle on improving one's character. **Phronesis**, XLV13, pp. 205-219, 2000.
- HOBUSS, J. Sobre a disposição em Aristóteles: hexis e diathesis. **Dissertatio**, n. 31, pp. 221-233, 2010.
- VIVAR, F. Teoría Aristotélica de La Responsabilidade. **Episteme**, v. 24, n. 2, pp. 1-15, 2004.
- ZINGANO, M. Ação, Caráter e Determinismo Psicológico em Aristóteles e Alexandre. **Journal of Ancient Philosophy**, v. 1, n.1, 2007.
- \_\_\_\_\_. Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder: Libertarianismo e Responsabilidade Moral. In: HOBUSS, J. org. **Ética das Virtudes**, Florianópolis: UFSC, 2011, pp. 85-108.
- \_\_\_\_\_. **Aristóteles: Tratado Da Virtude Moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8**. São Paulo: Odysseus, 2008.